

GE Ayres Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 63.699.890/0001-91 – NIRE 35.268.494.541

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

**Data:** Aos 08 de dezembro de 2025, às 12:00 horas. **Local:** Na sede da sociedade empresária **GE Ayres Participações Ltda.**, na Rua João Muraro, nº 10, Sala 1, Jardim Eltonville, município de Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP: 18046-660. **Mesa Diretora:** Presidente: Gilberto Garcez Ayres; Secretária: Elisabeth Garcez Ayres. **Presença:** Presen- tes todos os sócios representando a **totalidade** do capital social. **Ordem do Dia:** i) transformação do tipo societário de sociedade empresária limitada para sociedade anônima; ii) transformação das quotas sociais em ações ordinárias; (iii) aprovação do Estatuto Social e iv) eleição dos membros da Diretoria para administração da sociedade anônima. Iniciando os trabalhos, o Presidente **Gilberto Garcez Ayres** esclareceu que a presente Assembleia Geral Extraordinária tem por finalidade precipua, apreciar a aprovação da i) transformação do tipo societário de sociedade empresária limitada para sociedade anônima; ii) transfor- mação das quotas sociais em ações ordinárias; (iii) aprovação do Estatuto Social e iv) eleição dos membros da Diretoria para administração da sociedade anônima. A seguir o Senhor Presidente colocou em pauta a apreciação do item 1. da ordem do dia: i) transfor- mação do tipo societário de sociedade empresária limitada para sociedade anônima, a qual foi aprovada, sem reservas, por unanimidade dos sócios quotistas representando a totalidade do capital social. Em razão da aprovação da transformação da sociedade limitada em sociedade anônima, a sociedade passará a operar sob a denominação social **GE Ayres Participações S.A.** Em seguida, em decorrência da aprovação da transformação da sociedade limitada em sociedade anônima, as atuais 4.552.688 (quatro milhões, quinhentas e cinquenta e duas mil, seiscentas e oitenta e oito) quotas sociais, representativas do capital social de R\$ 4.552.688,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais), serão transformadas em 4.552.688 (quatro milhões, quinhentas e cinquenta e duas mil, seiscentas e oitenta e oito) ações ordinárias (ON), nominativa, com direito a voto, sem valor nominal, e distribuídas aos atuais sócios na mesma proporção das quotas sociais por eles subscritas e integralizadas, a saber: **Gilberto Garcez Ayres**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 13/12/1943, natural de Lins/SP, portador da cédula de identidade RG nº 3.040.269-4 SSP/SP, regularmente inscrito no CPF/MF sob o nº 489.601.288-72, residente e domiciliado na Rua João Muraro, nº 10, Jardim Eltonville, município de Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP: 18046-660, ficará com participação societária equivalente a 1.138.172 (um milhão, cento e trinta e oito mil, cento e setenta e duas) ações ordinárias, com direito a voto, sem valor nominal, totalmente integralizadas no valor de R\$ 1,00 (um real), em consorciação com o Boletim de Subscrição constante no anexo III, que faz parte integrante desta Ata de Assembleia Geral Extraordinária. **Irene Vial Rosa Ayres**, brasileira, professora, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 01/07/1950, natural de Sorocaba/SP, portadora da cédula de identidade RG nº 4.960.679-7 SSP/SP, regularmente inscrita no CPF/MF sob o nº 026.874.188-38, residente e domiciliada na Rua João Muraro, nº 10, Jardim Eltonville, município de Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP: 18046-660, ficará com participação societária equivalente a 1.138.172 (um milhão, cento e trinta e oito mil, cento e setenta e duas) ações ordinárias, com direito a voto, sem valor nominal, totalmente integralizadas no valor de R\$ 1,00 (um real), em consorciação com o Boletim de Subscrição constante no anexo III, que faz parte integrante desta Ata de Assembleia Geral Extraordinária. A seguir o Senhor Presidente colocou em pauta a apreciação do item 3. da ordem do dia: (iii) apro- vação do Estatuto Social, que, após procedida a leitura na íntegra pelo Presidente, foi aprovado, sem reservas, por unanimidade dos sócios quotistas representando a totalidade do capital social. O Estatuto Social é parte integrante e indissociável desta Ata de Assem- bleia Geral Extraordinária, conforme Anexo I. A seguir o Senhor Presidente colocou em pauta a apreciação do item 4 da ordem do dia: (iii) aprovação dos membros da Diretoria que administrará a Sociedade, conforme Estatuto Social, e que será composta por **Gilberto Garcez Ayres**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 13/12/1943, natural de Lins/SP, portador da cédula de identidade RG nº 3.040.269-4 SSP/SP, regularmente inscrito no CPF/MF sob o nº 489.601.288-72, residente e domiciliado na Rua João Muraro, nº 10, Jardim Eltonville, município de Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP: 18046-660, no cargo de **Diretor Presidente**; **Elisabeth Garcez Ayres**, brasileira, empresária, solteira, nascida em 21/09/1941, natural de Lins/SP, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.403.077-6 SSP/SP, regularmente inscrita no CPF/MF sob o nº 560.819.108-06, residente e domiciliada na Rua Antônio Perez Hernandez, nº 300, apto 212, torre 1, Parque Campolim, município de Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP: 18048-115, ficará com participação societária equivalente a 2.276.344 (duas milhões, duzentas e setenta e seis mil, trezentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, com direito a voto, sem valor nominal, totalmente integralizadas no valor de R\$ 1,00 (um real), em consorciação com o Boletim de Subscrição constante no anexo III, que faz parte integrante desta Ata de Assembleia Geral Extraordinária. A seguir o Senhor Presidente colocou em pauta a apreciação do item 3 da ordem do dia: (iii) apro- vação do Estatuto Social, que, após procedida a leitura na íntegra pelo Presidente, foi aprovado, sem reservas, por unanimidade dos sócios quotistas representando a totalidade do capital social. O Estatuto Social é parte integrante e indissociável desta Ata de Assem- bleia Geral Extraordinária, conforme Anexo I. A seguir o Senhor Presidente colocou em pauta a apreciação do item 4 da ordem do dia: (iii) aprovação dos membros da Diretoria que administrará a Sociedade, conforme Estatuto Social, e que será composta por **Gilberto Garcez Ayres**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 13/12/1943, natural de Lins/SP, portador da cédula de identidade RG nº 3.040.269-4 SSP/SP, regularmente inscrito no CPF/MF sob o nº 489.601.288-72, residente e domiciliado na Rua João Muraro, nº 10, Jardim Eltonville, município de Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP: 18046-660, no cargo de **Diretor Vice-Presidente**; **Elisabeth Garcez Ayres**, brasileira, empresária, solteira, nascida em 21/09/1941, natural de Lins/SP, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.403.077-6 SSP/SP, regularmente inscrita no CPF/MF sob o nº 560.819.108-06, residente e domiciliada na Rua Antônio Perez Hernandez, nº 300, apto 212, torre 1, Parque Campolim, município de Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP: 18048-115, no cargo de **Diretora Vice-Presidente**; e **Irene Vial Rosa Ayres**, brasileira, professora, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 01/07/1950, natural de Sorocaba/SP, portadora da cédula de identidade RG nº 4.960.679-7 SSP/SP, regularmente inscrita no CPF/MF sob o nº 026.874.188-38, residente e domiciliada na Rua João Muraro, nº 10, Jardim Eltonville, município de Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP: 18046-660, no cargo de **Diretora sem designação específica**; a qual foi aprovada, sem reservas, por unanimidade dos sócios quotistas representando a totalidade do capital social. Os membros da Diretoria ficam empossados a partir da data da assinatura do termo de posse e decla- ração de desimpedimento em apartado, consoante anexo II, que fica fazendo parte integrante desta Ata de Assembleia Geral Extraordinária. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dele quisesse fazer uso, não tendo nenhum sócio se manifestado, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, com 04 (quatro) páginas, que após lida e aprovada, vai assinada por todos os sócios e pelos membros da Mesa. Sorocaba, 08 de dezembro de 2025. (ass.:) **Presidente: Gilberto Garcez Ayres**, RG 3.040.269-4 SSP/SP; **Secretária: Elisabeth Garcez Ayres**, RG 2.403.077-6 SSP/SP; **Sócios Presentes: Gilberto Garcez Ayres**, RG 3.040.269-4 SSP/SP; **Elisabeth Garcez Ayres**, RG 2.403.077-6 SSP/SP; **Irene Vial Rosa Ayres**, RG 4.960.679-7 SSP/SP; **Advogada: Joana Jéssica Mota**, OAB/SP 424.523. **GE Ayres Participações S.A.** CNPJ/MF 63.699.890/0001-91. **Estatuto Social. Capítulo I – Deno- minação Social, Sede, Filiais e Duração: Artigo 1º.** A Companhia adotará a denomi- nação de **GE Ayres Participações S.A.**, regendo-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições que lhe forem aplicáveis, notadamente pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Artigo 2º.** A Companhia terá sede social na Rua João Muraro, nº 10, Sala 1, Jardim Eltonville, município de Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP: 18046-660. **Parágrafo único** – A Companhia poderá abrir, transferir e/ou encerrar filiais e/ou escritórios admini- strativos, em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, conforme deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia terá duração por prazo indeterminado. **Capítulo II – Do Objeto Social: Artigo 4º.** A Companhia terá por objeto social as seguintes atividades: (i) holding não financeira, com participação em outras sociedades e a gestão de participa- ções societárias por conta própria ou de terceiros, e a aplicação de recursos próprios na subscrição, aquisição e/ou alienação de ações, quotas ou valores mobiliários emitidos por outras sociedades (CNAE 6462-0/00), (ii) compra e venda de imóveis próprios (CNAE 6810-2) e (iii) locação de imóveis próprios residenciais ou não residenciais (CNAE 6810-2). **Capítulo III – Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º.** O capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 4.552.688,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais), dividido em 4.552.688 (quatro milhões, quinhentas e cinquenta e duas mil, seiscentas e oitenta e oito) ações ordinárias (ON), nominativas, com direito a voto, sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordi- nária nominativa dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo 2º.** A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome

do acionista no livro de “Registro de Ações Nominativas” da Companhia. Qualquer transfe- rência de ações será feita por meio de assinatura do respectivo termo no livro de “Trans- ferência de Ações Nominativas” da Companhia. **Parágrafo 6º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia que reconhece apenas 01 (um) proprietário para cada uma das ações, apli- cando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, o disposto no parágrafo único do art. 28, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Artigo 7º:** A Assembleia Geral poderá autorizar o aumento de capital social mediante a emissão de novas ações ordinárias da Companhia, ou da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações. **Parágrafo 1º.** Caberá a Assembleia Geral estabelecer as condições da emissão, as espécies e classes das ações, incluindo o número de ações, preço de emissão e condições de integralização. **Parágrafo 2º.** Ocorrendo a subscrição com integralização em bens, a Assembleia Geral decidirá, por maioria de votos, a nomea- ção de 3 (três) peritos ou de empresa especializada, para avaliação de bens a serem conferidos ao capital social. **Artigo 8º.** A Companhia poderá adquirir, utilizando os saldos de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal, suas próprias ações para perma- nência em tesouraria sem que isso implique em diminuição do capital social, podendo aliená-las ou cancelá-las posteriormente. **Parágrafo Único** – As ações adquiridas e man- tidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos, até sua realocação em circulação. **Capítulo IV – Da Assembleia Geral: Artigo 9º.** A Assembleia Geral tem competência para deliberar sobre todos os assuntos e/ou negócios relativos ao objeto social da Companhia, competindo-lhe ainda decidir as matérias previstas na Lei das S.A. e outras previstas neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º.** Sem prejuízo das matérias de competência da Assembleia Geral previstas em Lei e neste Estatuto Social, competirá a Assembleia Geral deliberar ainda sobre as seguintes matérias: (i) eleger ou destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso; (ii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia; (iii) fixar a remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado; (iv) deliberar sobre a avaliação e nomeação dos peritos ou empresa especializada para avaliação dos bens com que o acionista concorrer para formação do capital social; (v) reforma do Estatuto Social; (vi) operações de fusão, cisão, incorporação e/ou transforma- ção da Companhia; (vii) dissolução, dissolução parcial, liquidação e extinção da Companhia, ou pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como a eleição ou substituição dos liquidantes; (viii) redução de capital social, cancelamento de ações, amortização ou resgate de ações de emissão da Companhia; (ix) a criação, altera- ção ou extinção dos Limites de Alçadas da Diretoria em relação aos poderes de que são investidos os membros da Diretoria; (x) a aquisição de bens móveis e imóveis, a alienação ou oneração de qualquer ativo, em especial os bens imóveis de propriedade da Companhia; (xi) suspender o exercício de direitos dos acionistas que deixar de cumprir as obrigações previstas em Lei e neste Estatuto Social; (xii) a destinação do lucro líquido do exercício, a distribuição de dividendos aos acionistas e/ou a constituição de reserva. **Parágrafo 2º.** Ressalvados os casos em que a Lei exigir quórum mais elevado, todas e quaisquer delibera- ções da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos afirmativos de acionistas titulares de ações ordinária com direito a voto, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º. **Artigo 10º.** Realizar-se-á, anualmente, Assembleia Geral Ordinária, dentro dos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias definidas na Lei das S.A., sobretudo, (i) a aprovação de contas da Diretoria e (ii) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos aos acionistas. **Artigo 11º.** A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que os interesses sociais exigirem, podendo ser realizada concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária. **Artigo 12º.** A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita pela Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal, se instalado, ou por acionista, em qualquer caso, na forma, termos e prazos da Lei das S.A., observado o parágrafo 1º deste artigo. **Parágrafo 1º.** A convo- cação poderá se dar mediante notificação pessoal dos acionistas que manifestarem seu interesse, por meio de carta registrada e/ou e-mail, cabendo ao acionista indicar e manter atualizado os correspondentes endereços pessoal e eletrônico, e deverá conter, necessa- riamente, além do local, a data e a hora da Assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. **Parágrafo 2º.** A convocação deverá ser acompanhada, quando o caso, dos documentos relativos a(s) matéria(s) que constarem da ordem do dia, incluindo, quando pertinente, o parecer do Conselho Fiscal, se instalado. **Parágrafo 3º.** Fica expressamente vedado à Assembleia Geral deliberar sobre assuntos/ matérias que não constarem na ordem do dia, previsto no respectivo edital de convocação. Ficando, ainda, vedada a inclusão, na pauta da Assembleia Geral, a rubrica “outros assun- tos”, “demais assuntos”, “assuntos gerais” ou qualquer outra expressão equivalente. **Parágrafo 4º.** A Assembleia Geral poderá ocorrer de modo presencial na sede da Com- panhia ou em outro local que constar do edital de convocação, de maneira híbrida ou ainda totalmente digital, devendo ser gravada, arquivada na sede da Companhia e disponibilizada ao acionista que a requisitar à Diretoria por escrito. **Parágrafo 5º.** Independentemente das formalidades dispostas nos parágrafos anteriores e na Lei, considerar-se-á regular a Assembleia Geral em que comparecer todos os acionistas da Companhia. **Parágrafo 6º.** Antes da instalação da Assembleia Geral, os acionistas deverão assinar o “Livro de Presença de Acionistas”, informando seus dados e a quantidade de ações que forem titulares ou detentores de votos. **Parágrafo 7º.** A “Lista dos Acionistas Presentes” deverá ser encerrada pelo Presidente da Mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral. **Parágrafo 8º.** Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento da “Lista de Acionistas Presentes” poderão acompanhar a Assembleia Geral, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social. **Artigo 13º.** Observadas as exceções previstas na Lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionista que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número de ações com direito a voto. **Artigo 14º.** A Assembleia Geral será presidida por qualquer pessoa e/ou por um dos acionistas presentes escolhido por aclamação, incumbindo ao Presidente da Assembleia a nomeação, dentre os presentes, do Secretário(a). **Artigo 15º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, em livro próprio, a ser assinada pelos membros da mesa e/ou por todos os acionistas presentes, na forma da legislação aplicá- vel, e que deverá ser redigida na forma resumida sobre os fatos ocorridos e manifestações de votos, devendo ainda ser registrada na Junta Comercial do Estado da sede social da Companhia. **Capítulo V – Da Administração: Artigo 16º.** A administração da sociedade competirá a Diretoria. **Parágrafo 1º.** Os administradores, no exercício de suas funções, deverão sempre observar os interesses da Companhia e o disposto neste Estatuto Social. **Artigo 17º.** A Diretoria poderá ser composta por até 03 (três) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, e um Diretor sem designação específica, permitindo a cumulação de cargos, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** Caberá ao Conselho de Administração a indicação dos nomes dos candidatos à composição da Diretoria, ou na sua falta, aos acionistas. **Parágrafo 2º.** A posse e investidura dos Diretores fica condicionada à assinatura do termo de posse, que deverá ser arquivada no registro de Junta Comercial do Estado da sede social da Companhia. **Artigo 18º.** O Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente possuem todos os poderes para praticar, de forma isolada ou conjunta, os atos necessários à administração e gestão da Companhia e conse- quência do seu objeto social, renunciar a direitos, transigir e firmar acordo, podendo ainda representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante todas as esferas do Poder Judiciário, bem como perante instituições bancárias e quaisquer órgãos da Administração Pública direta ou indireta, empresas públicas ou sociedades de economia mista. **Parágrafo 1º.** Os Diretores exercerão os poderes isolada, ou conjuntamente, segundo o cargo em que estiverem investidos, consoante expressamente definido pela Assembleia Geral em ata de eleição dos membros da Diretoria. **Parágrafo 2º.** O exercício dos poderes de administração da Companhia pelo Diretor sem designação somente ocor- rerá em substituição ao Diretor Presidente e ao Diretor Vice-Presidente quando estes estiverem impossibilitados de exercê-los. **Parágrafo 3º.** Os Diretores dependerão da aprovação da Assembleia Geral para praticar os seguintes atos: (i) a alienação de quaisquer bens do ativo da Companhia; (ii) qualquer apropriação de capital pela Companhia para aquisição de ativo e/ou investimento de qualquer natureza; (iii) qualquer apropriação de

capital pela Companhia para custeio das atividades operacionais; (iv) prestação de quaisquer garantias, ou contragarantias, reais ou fidejussórias, bem como a oneração de quaisquer ativos da Companhia. **Artigo 19º.** A Companhia realiza atos, em juízo e/ou fora dele, e assume quaisquer obrigações pela atuação e assinatura do Diretor Presidente. **Parágrafo único** – Na ausência temporária ou impedimento do Diretor Presidente, os poderes a que estava investido, serão transferidos ao Diretor Vice-Presidente e, em sua falta, ao Diretor sem designação, que ficará investido de todos os poderes de administração a que estava incumbido o Diretor Presidente. **Artigo 20º.** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral. **Artigo 21º.** O Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente poderão, isoladamente, constituir procurador para sua representação, mediante a outorga de procu- ração com identificação específica, clara e precisa dos poderes atribuídos e com prazo não superior a 12 (doze) meses, exceto os casos em que as procurações forem outorgadas com poderes da cláusula “ad judicium” e “et extra” para atuação em processos judiciais e/ ou administrativos, que poderão ser outorgadas com vigência por prazo indeterminado. **Artigo 22º.** A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) pro- curador nomeado pelos Diretores em conjunto, nos termos deste Estatuto, para, isolada- mente, quando, por força da Lei ou decisão judicial, for exigível o depoimento ou o interro- gatório de representante legal da Companhia. **Capítulo VI – Do Conselho Fiscal: Artigo 23º.** O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, será composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** Caberá a Assembleia Geral a definição da instalação do Conselho Fiscal, a eleição de seus membros, tudo por maioria de votos afirmativos de acionistas titulares de ações ordinária com direito a voto e representativas do capital social. **Parágrafo 2º.** Somente poderão ser eleitas para compor o Conselho Fiscal, as pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou desde que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresas ou de conselheiro fiscal, ficando vedada a eleição como conselheiro de pessoas que compõem a Diretoria, sejam empregados da Compa- nhia, o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de qualquer membro da Diretoria. **Parágrafo 3º.** Os membros, efetivos ou suplentes, do Conselho Fiscal, quando instalado, exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição. **Artigo 24º.** O Conselho Fiscal terá suas responsabilidades e atribuições como definidas na Lei das S.A. **Parágrafo único** – O Conselho Fiscal terá a remuneração fixada pela Assembleia Geral e terá duração pelo período em que estiver instalado o Conselho Fiscal. **Artigo 25º.** A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicio- nada à assinatura de termo de posse, que deverá ser arquivada no registro de Junta Comercial do Estado da sede social da Companhia. **Artigo 26º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro ou vacância do cargo de membro do Con- selho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder a eleição de novo membro para exercer o cargo vago. **Parágrafo 1º.** Vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, para fins deste artigo, será considerada quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez e/ou incapacidade permanente ou perda do mandato. **Parágrafo 2º.** Perderá o mandato, o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer e participar de 2 (dois) reuniões consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho Fiscal. **Capítulo VII – Do Exercício Social, Lucros e Dividendos: Artigo 27º.** O exercício social da Companhia coincidirá com o ano civil, desta forma, terá início em 01 de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único** – Ao final do exercício social, deverá ser levantado balanço geral e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com a lei e regulamentações aplicáveis. **Artigo 28º.** A Diretoria submeterá a apreciação da Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício apurado em balanço ao final de cada exercício social, respeitadas as seguintes deduções: (i) no mínimo, 05% (cinco por cento) destinado para constituição de reservas com a finalidade de financiar as operações e investimentos da Companhia, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, observados os limites e hipóteses previstos na Lei das S.A.; (ii) o saldo do lucro líquido, será distribuído na forma que estabelecer a Assembleia Geral. **Artigo 29º.** Os dividendos apurados ao final de exercício social, deverão ser pagos, salvo delibe- ração em contrário da Assembleia Geral, em até 60 (sessenta) dias da data em que for apurado. **Parágrafo 1º.** Os dividendos previstos neste Artigo não serão pagos aos acio- nistas no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral não ser ele compatível com a situação financeira da sociedade, devendo ser constituída a reserva de dividendos a distribuir. **Parágrafo 2º.** Os dividendos não pagos na hipótese do parágrafo anterior, poderão ser utilizados para absorver os prejuízos em exercícios subsequentes. Caso não sejam utilizados, os dividendos deverão ser pagos assim que a situação financeira da Companhia permitir, ainda que não em sua totalidade. **Artigo 30º.** A Companhia poderá levantar balanços e demonstrações financeiras semestrais ou em períodos menores. **Parágrafo 1º.** Os resultados apurados nesses balanços e demonstrações financeiras poderão, consoante decidir a Assembleia Geral, ser destinados para distribuições de di- videndos intermediários. **Parágrafo 2º.** Os dividendos intermediários distribuídos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VIII – Da Dissolução, Liquida- ção e Extinção: Artigo 31º.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, observadas as normas legais pertinentes, cabendo a Assembleia Geral estabelecer o modo de sua liquidação, eleger o liquidante ou os liquidantes, bem como o Conselho Fiscal, se instalado, deverá emitir parecer. **Capítulo IX – Do Usufruto das Ações: Artigo 32º.** As ações da Companhia que estiverem gravadas com usufruto vitalício, mediante instrumento particular, serão asseguradas ao(s) usufrutuário(o)s o direito de praticar e exercer com exclusividade todos os atos e direitos, econômicos e/ou políticos, especialmente: (i) O direito de receber, integralmente, os dividendos, lucros, bonificações e quaisquer outras distribuições oriundas da Companhia; (ii) O direito de votar, deliberar e aprovar toda e qualquer matéria ou ato da Companhia, sem exceção, exercendo plenamente os direitos políticos de voz e voto, votando e sendo votado em todas as assembleias, reuniões e/ou deliberações sociais, inclusive por intermédio de mandatário, sendo expres- samente vedada qualquer oposição dos nu-proprietários ao exercício desses direitos; (iii) O direito de exercer, em primeira opção, a preferência na subscrição de quotas em eventuais aumentos de capital social, podendo os nu-proprietários exercer tal direito apenas na ausência de manifestação dos usufrutuários; (iv) O direito de comprar, vender, alienar e permutar bens móveis e imóveis pertencentes à Companhia, inclusive quotas, ações e outras participações societárias, podendo também instituir sobre eles quaisquer gravames, quando necessário; (v) O direito de promover e aprovar quaisquer deliberações sociais, inclusive alterações do Estatuto Social, eleição e destituição de administradores, ajuizamento de pedidos de falência ou recuperação judicial, e demais atos de natureza societária, sem qualquer restrição. (vi) Ficarão, também, sujeitas ao usufruto, além das ações novas distri- buídas em decorrência de aumento de capital, aquelas que resultem de capitalização de lucros ou reservas ou por novas subscrições. **Artigo 33º.** O usufruto extinguir-se-á apenas com a morte ou renúncia de todos os usufrutuários, oportunidade em que os nu-proprietá- rios deverão dar publicidade mediante arquivamento da certidão de óbito do usufrutuário na Sede da Companhia e convocar Assembleia Geral para reforma do Estatuto Social no que couber. **Capítulo IX – Das Disposições Finais: Artigo 34º.** A Companhia, seus acionistas e Diretores deverão observar o acordo de acionista arquivado em sua sede, quando existente, sendo vedado o registro de transferência de ações, bem como o cômputo de votos em Assembleia Geral que contrariem os termos de tal acordo. Na ausência de acordo de acionistas, aplica-se o disposto neste Estatuto Social, sendo igualmente vedados atos que o contrariem ou com ele sejam incompatíveis. **Artigo 35º.** Fica eleito o foro da Comarca de Sorocaba, estado de São Paulo, para dirimir todas e quaisquer dúvidas e solucionar eventuais conflitos oriundos deste Estatuto Social. **Artigo 36º.** Os casos omis- sos neste Estatuto Social, serão resolvidos em conformidade com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as modificações posteriores e demais legislações aplicáveis em vigor. Sorocaba, 08 de dezembro de 2025. (ass.:) **Gilberto Garcez Ayres** – Acionista; **Irene Vial Rosa Ayres** – Acionista; **Elisabeth Garcez Ayres** – Acionista. **Advogada: Joana Jéssica Mota**, OAB/SP 424.523. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 434.140/25-9 e NIRE 35.300.683.552 em 18/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/01/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

